

IMMANUEL WALLERSTEIN *

AS CIDADES NA TEORIA SOCIALISTA E NA PRAXIS CAPITALISTA **

O pendor urbano da teoria marxista clássica é óbvio. Não me refiro apenas a preconceitos elementares como os resmungos de Marx sobre a «idiotice da vida rural» ou a sua qualificação dos camponeses como um «saco de batatas». Também não estou apenas a referir-me à longa batalha de Lenine contra os *narodniks* ou às acusações posteriores a «maoístas» e «fanonistas», da parte dos marxistas-leninistas «ortodoxos», pela acentuação incorrecta do papel do campesinato nos movimentos revolucionários que lhes atribuíam. Tudo isto é bem conhecido, mas uma análise a este nível seria superficial. Ao que estou a referir-me é à visão estreita da história do capitalismo moderno que impregnou o pensamento socialista e que deriva, numa forma praticamente inalterada, do liberalismo burguês clássico. Tudo começa, ao que julgo, com o adágio medieval «*Stadtluft macht frei*». ***

Em que sentido era isto verdade? Era relativamente verdade, sem dúvida, para o artesão e o pequeno mercador e *a fortiori* para o comerciante-banqueiro mais abastado, na me-

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado de Nova Iorque (Binghamton) e Director do Centro Fernand Braudel para o Estudo de Economias, Sistemas Históricos e Civilizações.

** Comunicação apresentada ao 10.º Congresso Mundial de Sociologia, Cidade do México, 16/21 de Agosto de 1981 (Grupo de Investigação sobre Desenvolvimento Urbano e Regional).

Este artigo beneficiou dos comentários pormenorizados de Giovanni Arrighi, Terence K. Hopkins, Luca Meldolesi e Mark Selden sobre uma versão anterior. Uma vez que todos eles me recomendaram redobrada prudência na formulação das minhas teses, procurei, até certo ponto, seguir o seu conselho.

*** «Os ares da cidade libertam» (NdT.).

dida em que viver num burgo significava muitas vezes não estar sujeito à jurisdição de um proprietário nobre ou eclesiástico, mas antes à de autoridades escolhidas localmente. Acresce que, em certos casos, a cidade constituía lugar de refúgio para os servos fugitivos.

A vida urbana não era apenas mais livre no sentido de maiores possibilidades de escolha individual legalmente sancionadas. Facultava também maiores opções de entre a tantas vezes gabada variedade da vida cultural; e garantia ainda maior segurança contra forças militares externas — se tinha muralhas, era para manter ao largo invasores, intrusos... e concorrentes.

É claro que havia também a outra face da moeda. A vida urbana era turbulenta e insalubre e os períodos de calamidades levavam a fugir das cidades. A violência urbana era mais impessoal, mais difícil de controlar. E a liberdade dos cidadãos individualmente considerados trazia consigo a liberdade de passar fome.

Se tudo isto nos parece familiar, é porque ainda hoje tem alguma coisa de verdadeiro. Esta descrição das vantagens e desvantagens da vida urbana na Europa medieval retrata com razoável fidelidade o mundo moderno — possivelmente mais os países periféricos que os centrais, mas, ainda assim, também estes. E, embora a população mundial tenha aumentado talvez dez vezes desde então e os aspectos negativos da vida urbana se tenham talvez multiplicado, a percentagem da população mundial que vive em cidades é hoje maior que nunca e continua numa linha ascendente.

Parecia nessa altura, como parece hoje, que a cidade era o cadinho da transformação social. Ela abrigava reformadores da economia, intelectuais, agitadores políticos; parecia ser o lugar de tudo quanto era dinâmico. E, dado que a maior parte desse dinamismo implicava uma diminuição secular da importância do sector agrícola no conjunto da economia, tanto em termos de trabalho utilizado como de valor produzido, a área rural surgia como o centro de tudo o que era «tradicional» e, por conseguinte, «resistente à mudança».

Deste modo, não deveria surpreender que as forças políticas liberais e burguesas dos tempos modernos tenham tido tendência para definir o progresso político como o conjunto das transformações que conferiam aos habitantes das cidades (ou pelo menos a alguns deles) uma maior participação nos processos de decisão do Estado. E também não deveria constituir grande surpresa que os movimentos operários e socialistas, ao surgirem em cena, tenham manifestado a mes-

ma tendência, como se fosse essa a estratégia mais óbvia deste mundo.

Até mesmo a nossa terminologia das classes reflecte esta tendência. No fim de contas, burguês quer dizer «habitante da cidade». E o verdadeiro operário, o verdadeiro proletário, foi muito tempo definido tacitamente como o trabalhador assalariado da fábrica industrial urbana (como na expressão «aliança operário-camponesa»). Não se trata aqui de desconhecimento da complexidade da realidade social por parte dos pensadores sociais. Por um lado, sempre houve nas áreas rurais muita coisa moderna ou «modernizante» — inovações técnicas e empresas capitalistas, trabalhadores assalariados, revoltas políticas. Por outro lado, nas áreas urbanas, sempre houve muito de «tradicional» ou «retrógrado» — formas arcaicas de organização económica, produção de subsistência, dependência pessoal, arregimentação política. Mas, em geral, estas complexidades foram vistas como meras anomalias passageiras que não requeriam análise mais cuidada.

Quase toda a ciência social, e quase toda a teoria social, têm sido permeadas por uma concepção muito vinculada do tipo ideal do mundo capitalista (e do mundo socialista em construção). Trata-se de um mundo em que há cada vez mais *Stadtluft*, pois que «*Stadtluft macht frei*». Muito pode aduzir-se a favor desta posição. Antes de mais, temos mesmo vindo a assistir, como já referimos, a um contínuo incremento da urbanização do mundo que parece longe de ter chegado ao fim. E tem havido, provavelmente, um grau algo maior de liberdade para os habitantes das cidades, embora talvez menor do que geralmente se afirma ou julga. É ainda verdade que a maior parte da organização política se tem centrado nos habitantes das cidades, embora isto possa ter resultado não apenas da densidade populacional, mas também de uma profecia a realizar-se a si própria.

Mas há igualmente muito a dizer contra este ponto de vista. O mais fundamental que há a opor-lhe é ele ter deixado demasiados fenómenos por explicar. Por exemplo, porque é que a urbanização e, mais importante ainda, a proletarização, foram tão *lentas*? Sim, lentas! E porque é que a maioria das grandes insurreições políticas do século vinte ocorreu nas áreas menos urbanizadas do mundo?

Gostaria de avançar um conjunto de proposições que, à primeira vista, podem parecer estranhas, despropositadas mesmo, mas que sugiro estarem mais próximas de uma explicação do que os truísmos de que dispomos. Assim, em *teoria* (especialmente na teoria socialista), os capitalistas têm

procurado aumentar a proletarização (uma vez que isso era a condição básica do aumento da mais-valia) e os operários têm-se oposto à venda da sua força de trabalho. Contudo, na *prática*, os capitalistas têm dado prioridade à optimização dos lucros, o que, na maior parte dos casos, os levou a prosseguir, individual ou colectivamente, políticas que, de facto, retardaram o processo de urbanização. Os operários, por sua vez, têm considerado, na maioria dos casos, o trabalho assalariado como preferível, económica e socialmente, à maior parte das outras formas de trabalho (com a excepção *parcial* dos artesãos independentes). O que sugerimos, pois, paradoxalmente, é que as forças dominantes da economia-mundo capitalista se têm comportado, em geral, como um obstáculo à proletarização, a qual foi, de facto, principalmente apoiada pelas pressões dos próprios trabalhadores.

Estas pressões não constituíram a única explicação para a proletarização crescente. O outro factor é a contradição fundamental do capitalismo: a maximização do lucro pode conseguir-se pela redução dos custos do trabalho, o que funciona bem no caso do empresário individual. Do ponto de vista colectivo, contudo, a redução dos salários diminui o poder de compra e, em última análise, afecta a realização do lucro. Deste modo, a optimização colectiva dos lucros exige, em condições específicas (que recorrem, porém, ciclicamente), o aumento do poder de compra das massas, sendo que uma das formas que isto assume (diria mesmo, a forma mais frequente) é a completa proletarização dos operários, antes apenas parcialmente proletarizados.

Ambas estas pressões — o problema da realização do lucro e os benefícios que os operários vêem em passar de um estatuto de semi-proletários a um estatuto de proletários propriamente ditos — são responsáveis por uma taxa de urbanização muito superior à que os empresários capitalistas acham de facto desejável à luz do seu interesse constante em reduzir os custos do trabalho. Tanto a urbanização como a proletarização, longe de serem desideratos do capitalismo enquanto sistema histórico, são fenómenos cuja génese tem largamente lugar contra a vontade dos estratos capitalistas. A urbanização quase total do mundo e a sua quase total proletarização serão, na realidade, sinal da impossibilidade de sobrevivência futura do capitalismo como sistema-mundo, porque, efectivamente, «*Stadtluft macht frei*». Até agora, não temos simplesmente respirado suficiente *Stadtluft*.

Afirmar que os capitalistas poderiam não estar propriamente muito empenhados na proletarização é inverter uma

premissa importante da análise socialista clássica. Isso implica rejeitar que o trabalho assalariado seja a característica definitiva (no sentido oposto ao de consequência frequente e crescente) do modo de produção capitalista.

Começemos por recordar os principais argumentos desta perspectiva clássica. Limitar-me-ei a pensadores socialistas, embora deva fazer notar que este é um tema sobre o qual eles estão substancialmente de acordo com os ideólogos liberais. A argumentação parece ser tripla:

1) Para que exista um excedente que possa ser apropriado pelos proprietários burgueses, tem que haver operários para explorar; mas estes apenas consentiriam na sua própria exploração se a isso fossem obrigados por não terem meios alternativos de sobrevivência (isto é, se não possuíssem os meios de produção necessários à sua subsistência).

2) Para que haja um excedente total significativo e, assim, uma «revolução industrial», tem que existir um grande número de operários disponíveis, sem qualquer propriedade e, deste modo, dependentes do trabalho assalariado.

3) Para evitar que estes operários despossuídos façam subir os salários, torna-se necessário que a sua oferta seja superior à procura. Quer dizer, tem de existir um «exército industrial de reserva», criado por expropriação e cuja existência é subseqüentemente assegurada pelo aumento da composição orgânica do capital⁽¹⁾.

A validade empírica de todas estas proposições pode ser posta em causa:

1) Sempre houve e continua a haver formas de conseguir um excedente diferentes de subtrair aos operários a propriedade dos meios de produção.

2) Não é líquido, do ponto de vista empírico, que a expansão da produção industrial — em países específicos ou à escala mundial — tenha sido normalmente precedida ou mes-

(1) Esta argumentação clássica encontra-se em muitos textos. Veja-se um seu desenvolvimento claro em Dobb (1958: 7, 19, 24).

E claro que se trata também de uma argumentação central no *Capital* e noutras obras de Marx. Este pôs a questão de modo sucinto: «O capital... pressupõe o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Ambos se condicionam mutuamente; cada um deles gera o outro» (1933: 32). Nesta outra observação de Marx (1967: I, cap. XIV, sec. 4, 352) pode ver-se como esta tese se relaciona com o preconceito urbano: «O fundamento de toda a divisão do trabalho bem desenvolvida e motivada pela troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode dizer-se que toda a história económica da sociedade está resumida no movimento desta antítese».

mo acompanhada pela criação de massas de operários expropriados.

3) Os membros do exército industrial de reserva têm de comer o suficiente para sobreviverem, sob pena de pouca utilidade terem como arma dos capitalistas contra os trabalhadores assalariados. Por que meios têm eles conseguido o rendimento que lhes permitiu sobreviver? (O próprio Marx reconhece três espécies de exército de reserva, duas das quais se *definem* como trabalhadores assalariados apenas durante parte da vida). E se eles sobrevivem por terem um rendimento de outras fontes que não o salário, em que medida é esta proposição compatível com a proposição 1), de acordo com a qual os operários só se deixariam explorar se não possuísem meios de produção? (2)

Uma outra razão para se duvidar da plausibilidade da utilização do trabalho assalariado como critério definidor do capitalismo reside no seu índice de concentração, historicamente realizado, na agricultura, consideravelmente inferior em comparação com a indústria urbana (3). Talvez isto seja apenas uma questão de tempo (4). Talvez, no entanto, seja um exemplo da resistência dos empresários à expansão do salariato como forma privilegiada de exploração dos produtores directos.

Uma premissa geralmente aceite pelos teóricos tanto marxistas como liberais a respeito do comportamento dos empresários no capitalismo é que estes procuram otimizar

(2) Nicholas Georgescu-Roegen (1966: 361, n. 4) faz notar que a diferença entre a economia clássica e a economia marxista a respeito do exército industrial de reserva consiste em esta considerar que «ao nível do salário de subsistência a oferta de trabalho é 'ilimitada', quer a curto, quer a longo prazo, enquanto a economia clássica sustentava que isto só era verdade a longo prazo». Ver também p. 376, n. 51: «Esta [hipótese sobre o curto prazo, além do longo prazo] é a expressão analítica da característica distintiva da economia marxista de recusar toda e qualquer relação entre os factores económicos e demográficos». O autor remete-nos para uma carta de Engels publicada em Marx e Engels, *Correspondence*, 1846-1895, p. 199.

(3) Georgescu-Roegen (1966: 364 e *passim*, 360-97) deduziu daí, em meu entender demasiado apressadamente, que «provavelmente o maior erro de Marx foi não ter reconhecido o facto elementar de que a agricultura e a indústria obedecem a leis diferentes...».

(4) No entanto, Harriet Friedmann (1981), está agora a desenvolver a tese, numa tradição marxista, de que a sobrevivência e o florescimento das chamadas explorações agrícolas familiares são devidos ao seu grau de eficácia, que, em certas condições que ela especifica, é superior ao das grandes empresas agrícolas que utilizam mão-de-obra assalariada.

os seus lucros. Aceito esta visão do *homo oeconomicus* como basicamente correcta, na medida em que o funcionamento do sistema capitalista tende a eliminar, no decorrer do tempo, os que não agem dessa forma. O que pretendo pôr em causa é a suposição apressada de que a proletarização tem tendido a favorecer o objectivo da optimização dos lucros, em particular no que concerne ao empresário individual.

Será de facto o trabalho assalariado a forma mais barata de trabalho, em termos das despesas reais do empresário individualmente considerado com o trabalho social prestado? Para empregar uma terminologia marxista, será a mais-valia relativa produzida pelos trabalhadores assalariados superior à produzida pelos produtores directos sujeitos a outras relações de produção e recolhida, directa ou indirectamente, pelos empresários? ⁽⁵⁾ (Isto representa, evidentemente, o abandono de uma definição de mais-valia como sendo produzida exclusivamente em situações em que há uma relação social trabalho assalariado/capital. Insistir nisso como parte da *definição* tem mais de teológico que de lógico).

Seria esse o caso se se verificasse uma ou ambas das seguintes condições:

1) Se, supondo-se uma produtividade igual, o valor total retido pelo operário fosse, de facto, sistematicamente *menor* nas condições de trabalho assalariado do que noutras formas de trabalho; 2) se a eficácia (e, assim, a mais-valia relativa produzida) fosse sistematicamente *maior* no caso do trabalho assalariado do que no de outras formas de trabalho. Mesmo que as condições 1) e 2), ou ambas, se verificassem, o seu efeito poderia ser anulado se 3) o poder de negociação do trabalhador no mercado ou 4) o seu poder de negociação no local de trabalho ⁽⁶⁾ fossem efectivamente superiores aos de outras formas de trabalho e se criasse, em consequência, uma situação política em que o produtor directo pudesse de facto reter para si uma maior percentagem do excedente produzido.

Não é possível afirmar positivamente se estas quatro condições se verificam ou não, devido à inexistência de investigação sistemática sobre estas hipóteses. Posso, no entanto, aduzir razões para pelo menos se duvidar de que elas se

⁽⁵⁾ Este «directa ou indirectamente» é muito importante. John E. Roemer (1981 e também s.d.) analisou as condições em que essa mais-valia pode ser apropriada por outros meios que não o trabalho assalariado.

⁽⁶⁾ Vd. Arrighi (1982).

verifiquem sempre, ou mesmo com frequência, e outras razões para que, de facto, possa ser o contrário a verificar-se — se não sempre, pelo menos bastantes vezes.

Condição 1) — valor total retido (na ausência de pressões políticas). A teoria marxista (e liberal) clássica considera que o valor total retido é o *mínimo* necessário à reprodução da força de trabalho (valor necessário por oposição a mais-valia). Isto baseia-se na ideia de que, se aquele valor total fosse inferior ao necessário à reprodução, a força de trabalho se extinguiria e, com ela, a origem de todo o valor, necessário ou excedente, a longo ou mesmo a médio prazo. Não é verdade, no entanto, que os trabalhadores assalariados precisem de receber dos patrões as quantidades necessárias à reprodução da sua força de trabalho. Existem duas situações em que os trabalhadores podem receber *muito menos* do que os custos de reprodução.

A primeira verifica-se quando a mão-de-obra é recrutada fora da divisão social do trabalho da economia-mundo capitalista e quando os custos de substituição são inferiores aos custos de manutenção (não apenas para o proprietário de escravos, mas para o sistema no seu conjunto). Pode demonstrar-se que foi isto o que ocorreu, em larga medida, noutros tempos com o uso de trabalho escravo nas Américas e noutras partes do mundo⁽⁷⁾. Replicar-se-á que esta situação, mesmo se verdadeira, pertence ao passado e representou um fenómeno passageiro e que, além disso, a sua própria existência era um indício de que o sistema capitalista não estava ainda a funcionar de forma «normal» ou plena.

Mas há uma segunda situação em que os trabalhadores são pagos abaixo dos custos de reprodução. Se o assalariado fizer parte de uma unidade familiar com múltiplas fontes de rendimento, e particularmente se o trabalho assalariado não for «permanente», mas antes uma actividade que cobre apenas parte do tempo de trabalho do operário no decurso da sua vida (medido em anos, meses ou horas), então ele pode sobreviver mesmo recebendo menos do que uma parcela proporcional do consumo familiar total, desde que outros membros da família, ou o trabalhador em questão noutros momentos da sua vida activa, contribuam com mais do que uma parcela proporcional ao consumo. A ser este o caso, isto im-

(7) Desenvolvo este ponto de vista em Wallerstein (1980: cap. IV).

plica uma transferência «invisível» de mais-valia para o patrão. Pode dizer-se que esta é de facto uma caracterização correcta, mesmo nos nossos dias, de grande parte da força de trabalho em regiões do mundo onde prevalecem actividades económicas periféricas ou em zonas rurais escapadas à industrialização. Na medida em que isto se verifique, a proletarização da força de trabalho tende a diminuir e não a aumentar a parcela de mais-valia transferida para o empresário individual que emprega trabalho assalariado.

Condição 2) — o efeito de eficácia suposto da relação salarial. A tese aqui é que a maior supervisão tornada possível em condições de concentração espacial do trabalho e as possibilidades legais (e *de facto*) de controlo da organização do trabalho pelo patrão (cujos interesses beneficiam da eficácia) resultarão em ganhos regulares em termos de mais-valia relativa. (Isto além das economias de escala resultantes da concentração física da actividade económica). As vantagens da supervisão talvez sejam preponderantes, se compararmos o trabalho doméstico assalariado para a indústria com a produção na fábrica. Mas isto seria presumivelmente ainda mais verdadeiro se os operários fossem escravos e não trabalhadores assalariados. Além disso, se os escravos fossem remunerados em espécie pelo mesmo valor que os operários recebem sob a forma de salário (na hipótese de que essa remuneração estivesse ao nível do mínimo fisiológico exigido para garantir a reprodução da força de trabalho), isto não faria qualquer diferença em termos de procura agregada. Por fim, não é fácil de perceber porque é que um assalariado que recebe o salário «mínimo» haveria de estar substancialmente mais motivado para trabalhar com eficiência do que um escravo, apesar da ameaça de despedimento.

Porque motivo não se usou então a escravatura no trabalho fabril? Pode de facto ter sido porque teria ficado *mais caro* utilizar escravos do que empregar operários, por exemplo as mulheres e crianças que constituíram o suporte principal da produção industrial sempre que eram necessárias grandes quantidades de trabalhadores relativamente indiferenciados e que estão efectivamente radicadas em estruturas familiares para que podem contribuir com uma parcela inferior à parcela do rendimento familiar real que consomem. Pode bem ter sido esta a razão por que os estados intervieram com regularidade para criar condições de acordo com as quais as pessoas se vêem forçadas a trabalhar nas fábricas, mas são, simultaneamente, impedidas de fazerem disso a fon-

te exclusiva, ou mesmo principal, do rendimento familiar de toda a vida. É esta uma das formas de interpretar a anomalia frequentemente notada de o triunfo do capitalismo industrial na Grã-Bretanha nos inícios de século dezanove se ter feito acompanhar, quase de imediato, pelo surgir de legislação do trabalho e outra legislação «protectora».

Desta forma, mesmo quando economias de escala no uso de equipamento capital induzem os empresários a substituir pela fábrica o assalariamento do trabalho doméstico como forma de organização do trabalho, eles procuram amiúde diminuir o ritmo de verdadeira proletarização. Foram, efectivamente, os operários que geraram a pressão fulcral em favor da realização de uma proletarização plena. Não foi precisamente isso que esteve em jogo na batalha pelo «salário familiar»? (8)

Condição 3) — o poder de negociação do trabalhador no mercado. Argumentou-se durante muito tempo que a proletarização reduzia o poder de negociação no mercado, dado que retirava aos trabalhadores alternativas exequíveis de obtenção de rendimentos. Dizia-se, assim, que a proletarização necessariamente beneficiava os empresários. Contudo, é também muito claro que a proletarização, através da urbanização e da concentração dos locais de trabalho, foi o pressuposto essencial para a criação de organizações operárias de massas — tanto sindicatos como partidos políticos. Numa perspectiva de longo prazo, seja ela qual for, não pode dizer-se, por conseguinte, que a proletarização tenha, neste aspecto, aumentado a mais-valia de que os empresários, individual ou colectivamente, puderam apropriar-se. Ainda que isto possa não ter sido o caso de alguns empresários individualmente considerados, em especial até finais do século dezanove, é manifesto que muitos deles sempre se opuseram à proletarização precisamente em vista dessa objecção. Todos os esforços tendentes a manter a mão-de-obra numa situação migratória e transitória — e eles foram incontáveis — são esforços para retardar a proletarização. Pelo contrário, os esforços da maioria dos trabalhadores (mas só de *alguns* empresários) para garantirem a segurança do emprego e a estabilidade residencial são esforços para acelerar o ritmo da proletarização.

(8) Vd. Humphries (1977).

rir. Na verdade, essas teorias socialistas podem, *neste aspecto*, ter funcionado em parte como um elemento que encorajou o sistema capitalista mundial e retardou o avanço das forças anti-sistêmicas do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arrighi, Giovanni (1982), «A Crisis of Hegemony», in S. Amin, G. Arrighi, A. G. Frank, & I. Wallerstein, *Dynamics of Global Crisis*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- Dobb, Maurice (1958), *Capitalism Yesterday and Today*, Londres, Lawrence & Wishart.
- Friedmann, Harriet (1981), «The Family Farm in Advanced Capitalism: Outline of a Theory of Simple Commodity Production in Agriculture», comunicação apresentada nos Encontros da Associação Americana de Sociologia, Toronto, Ag. 24-28.
- Georgescu-Roegen, Nicolas (1966), *Analytical Economics*, Cambridge, Harvard Univ. Press.
- Humphries, Jane (1977), «Class Struggle and the Persistence of the Working-Class Family», *Cambridge Journal of Economics*, I, 241-58.
- Marx, Karl (1933), *Wage-Labour and Capital*, Nova Iorque, International Publ.
- Marx, Karl (1967), *Capital*, 3 vols., Nova Iorque, International Publ.
- Roemer, John E. (1981), «New Directions in the Marxian Theory of Exploitation and Class», *Politics and Society*.
- Roemer, John E. (s.d.), «The Labor-Theory-of-Value Approach to Marxian Exploitation is in General Wrong», *Working Paper Series*, No. 173, Dept. of Economics, Univ. of California, Davis.
- Wallerstein, Immanuel (1980), *The Modern World-System, II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*, Nova Iorque & Londres, Academic Press.
- Wallerstein, Immanuel (1982), «Crisis as Transition», in S. Amin, G. Arrighi, A. G. Frank, & I. Wallerstein, *Dynamics of Global Crisis*, Nova Iorque, Monthly Review Press.

(Tradução de Carlos Fortuna)

RESUMO

O autor contesta a perspectiva limitada, embora geralmente aceite, de quase toda a ciência social sobre a história do capitalismo moderno que privilegia a cidade como o agente da modernidade e da mudança social.

Este preconceito urbano, como o autor salienta, tem deixado muitos fenómenos sem explicação, nomeadamente o ritmo lento tanto da urbanização como da proletarização. Para além disso, estas, ao contrário do que a teoria pressupõe, têm sido acima de tudo provocadas pelos próprios trabalhadores, apesar dos capitalistas e mesmo contra os seus interesses.

Esta conclusão obriga, no entanto, à reconversão de um pressuposto básico do pensamento socialista clássico: aquele que atribui ao salariado o carácter definitório do sistema capitalista. Esta reconversão deriva a sua importância do facto de que para se pensar a ruína deste sistema é necessário adequar a teoria a prática histórica. De outra forma, a teoria não deixará de reforçar o sistema capitalista mundial e, assim, retardar o avanço das forças anti-sistémicas mundiais.

RESUMÉ

Les villes dans la théorie socialiste et dans la praxis capitaliste

L'auteur met en cause la perspective restreinte, quoique en général acceptée, de la science sociale à propos du capitalisme moderne, laquelle privilégie la ville en tant qu'agent de modernité et de changement social.

Ce préjugé urbain laisse, selon l'auteur, trop de phénomènes inexplicables, notamment le rythme assez lent qui caractérise aussi bien l'urbanisation que la proletarianisation. Contrairement à ce que la théorie suppose, ces phénomènes sont surtout déclenchés par les travailleurs eux-mêmes, malgré les capitalistes et même en opposition aux intérêts de ceux-ci.

Cette conclusion oblige, cependant, à la reformulation d'un pré-supposé basilaire de la pensée socialiste classique: celui qui définit le système capitaliste à partir des rapports du salariat. Reformulation nécessaire et importante parce qu'elle admet que, pour penser la ruine de ce système, l'adéquation de la théorie à la pratique historique devient indispensable. Autrement, la théorie ne fera plus que renforcer le système capitaliste mondial, en attardant ainsi la progression des forces anti-systémiques mondiales.

ABSTRACT

Cities in socialist theory and capitalist praxis

The author challenges the narrow, although widespread, view of the history of modern capitalism as developed by almost all of social science which accords primacy to the city as the agent of modernity and social change.

As the author points out, such an urban bias turned out to be responsible for too many unexplained phenomena. Namely, the slowness of both urbanization and proletarianization which, in opposition to theoretical presumptions, have been furthered primarily by the workers themselves *despite* the capitalists and not because of them.

Such a thesis implies the reversal of a decisive starting-point of classical socialist thought: the one which attributes to the wage-labor the definitory feature of the capitalist system. This is all the more important since in order to be able to think the demise of the latter one has to adequate the theory to the historical practice. Otherwise, theory will keep sustaining the world capitalist system, thus slowing down the progress of world anti-systemic forces .